

Ofício: 56/2025.
07 de março 2025.

Ao Exmo. Sr. Vereador
Ademir Sanches,
DD Presidente da Câmara Municipal de Cunha.



Assunto: Projeto de Lei – Dispõe sobre o regime de adiantamento para servidores públicos e autoriza a utilização de cartão de crédito corporativo.

Exmo. Senhor Presidente Ademir Sanches,

Temos a honra de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 69, inciso XI, da Lei Orgânica deste Município, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre o regime de adiantamento para servidores públicos e autoriza a utilização de cartão de crédito corporativo.

A atualização do regime de adiantamento e a implantação/regulamentação do uso do cartão de crédito corporativo surge como medida essencial para a modernização dos meios de pagamentos utilizados pela administração pública do Município. De tal forma, encaminhamos o presente projeto para discussão e deliberação dos nobres vereadores.

Na oportunidade, reitero meus votos de consideração e apreço a essa Casa de Leis.

Atenciosamente,



RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Cunha

Estância Climática

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.
CNPJ: 45.704.053/0001-21

PROJETO DE LEI 11, DE 07 DE MARÇO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO PARA SERVIDORES PÚBLICOS E A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO PELO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais, elabora e submete ao plenário, para discussão e deliberação, o presente projeto de lei:

Art. 1º O regime de adiantamento de despesas no âmbito da Administração Pública Municipal será regulamentado conforme esta Lei, observando os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º O adiantamento destina-se à cobertura de despesas de pequeno vulto, urgentes e imprevisíveis, que não possam aguardar o processamento normal da execução orçamentária, sendo vedado seu uso para pagamento de despesas pessoais do servidor ou de terceiros.

Art. 3º. O adiantamento será concedido exclusivamente a servidores públicos municipais, previamente designados, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por adiantamento, os quais serão responsáveis pela correta aplicação dos recursos recebidos, sob pena responsabilidade administrativa, civil e penal, podendo os mesmos serem utilizados somente nos seguintes casos:

- I** - Despesas com viagens oficiais, incluindo hospedagem e alimentação;
- II** - Pagamento de serviços essenciais para o funcionamento da Administração Pública, desde que previamente autorizados;
- III** - Aquisição de materiais de expediente e suprimentos emergenciais;
- IV** - Manutenção e pequenos reparos de bens públicos, quando justificado;
- V** - Outras despesas devidamente autorizadas pelo setor competente.

Art. 4º. Fica autorizada a utilização de cartão de crédito corporativo pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e por seu Vice, exclusivamente para pagamento de despesas, devidamente justificadas e sujeitas à prestação de contas detalhada.

§1º O uso do cartão de crédito corporativo será regulamentado no que couber por decreto do Executivo, estabelecendo critérios de uso, limites de gastos, categorias de despesas permitidas, controle e procedimentos de prestação de contas.



Prefeitura Municipal de Cunha

Estância Climática

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.
CNPJ: 45.704.053/0001-21

§2º O limite mensal de gastos com o cartão de crédito corporativo será de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), devendo ser respeitado o orçamento público vigente e os princípios da razoabilidade e economicidade.

§3º São consideradas despesas permitidas para o uso do cartão de crédito corporativo, somente as despesas com viagens oficiais, incluindo hospedagem, alimentação e transporte.

§4º É vedado o uso do cartão de crédito corporativo para:

I - Pagamento de despesas pessoais;

II - Aquisição de bens de uso particular;

III - Gastos sem a devida comprovação documental;

IV - Pagamento de serviços que não possuam justificativa administrativa fundamentada.

§5º Todas as despesas realizadas com o cartão de crédito corporativo deverão ser detalhadas em relatório mensal, publicado no portal da transparência do município, contendo a descrição do gasto, beneficiário, valor e justificativa da despesa.

§6º O descumprimento das normas de utilização do cartão de crédito corporativo sujeitará o responsável às sanções previstas na legislação vigente, incluindo ressarcimento ao erário, penalidades administrativas e demais medidas cabíveis.

Art.5º. A prestação de contas dos adiantamentos concedidos e/ou uso do cartão corporativo deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data do recebimento dos recursos para os adiantamentos e data do gasto para o cartão de crédito, sob pena de responsabilização administrativa e legal.

§1º A prestação de contas deverá ser acompanhada de documentos comprobatórios idôneos, contendo nota fiscal ou recibo válido, além de justificativa detalhada da despesa.

§2º O descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei implicará a imediata suspensão do direito ao adiantamento e ao uso do cartão corporativo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art.6º. As despesas decorrentes desta lei estão previstas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Fica revogada a Lei Municipal nº 901/2001 e demais disposições em contrário.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada por Decreto.



Prefeitura Municipal de Cunha

Estância Climática

Praça Coronel João Olímpio, 91 – Centro – CEP: 12.530-000 - Cunha-SP.
CNPJ: 45.704.053/0001-21

Cunha, 07 de março de 2025.

Rodrigo Sérgio do Nascimento

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

O presente projeto de lei tem por objetivo aprimorar a gestão dos recursos públicos municipais, garantindo maior eficiência, controle e transparência nos adiantamentos de despesas e na implantação e utilização do cartão de crédito corporativo pelo Poder Executivo.

A necessidade de regulamentação do uso do cartão de crédito corporativo surge como uma medida essencial para a modernização dos meios de pagamento utilizados pela administração pública. Ao estabelecer um limite mensal e definir quais despesas são permitidas e vedadas, busca-se evitar qualquer forma de mau uso dos recursos públicos, assegurando que todas as despesas sejam devidamente justificadas e publicadas no portal da transparência.

A presente proposta busca alinhar as práticas administrativas municipais às melhores práticas de gestão fiscal e financeira, garantindo que os gastos públicos sejam realizados de forma eficiente e responsável. A adoção de mecanismos de controle, como a publicação mensal detalhada dos gastos e a definição de sanções para irregularidades, representa um avanço significativo na governança municipal.

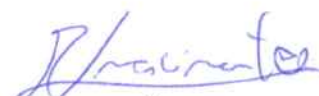
Além disso, a medida possibilita maior agilidade na execução de despesas institucionais, evitando entraves burocráticos que podem comprometer a prestação de serviços essenciais à população. O uso regulamentado do cartão corporativo facilita ao deslocamento do Alcaide ao representar o município.



Cabe ressaltar que a implementação desta norma não apenas aumenta a transparência na aplicação dos recursos, mas também fortalece a fiscalização e o controle social, permitindo que os cidadãos acompanhem de forma clara e acessível como os recursos municipais estão sendo utilizados.

Diante do exposto, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para aprovação da presente proposta, que representa um avanço na administração pública municipal, promovendo maior segurança, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas que venham a surgir.



RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

